

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

William de Melo Santos, Nº USP: 9304544

**A Economia Solidária na formação socioespacial
brasileira no período atual**

São Paulo
junho de 2023

William de Melo Santos, Nº USP: 9304544

**A Economia Solidária na formação socioespacial
brasileira no período atual**

Trabalho produzido para a disciplina
FLG0496 - Trabalho de Graduação
Individual em Geografia II, da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
Profa. Dra. Maria Mónica Arroyo.

São Paulo
junho de 2023

A primazia do homem supõe que ele estará colocado no centro das preocupações do mundo, como um dado filosófico e como uma inspiração para as ações. Dessa forma, estarão assegurados o império da compaixão nas relações interpessoais e o estímulo a solidariedade social, a ser exercida pelos indivíduos, entre o indivíduo e a sociedade, e vice-versa, e entre a sociedade e o Estado, reduzindo as fraturas sociais, impondo uma nova ética, e, destarte, assentando bases sólidas para uma nova sociedade, uma nova economia, um novo espaço geográfico. O ponto de partida para pensar alternativas seria, então, a prática da vida e a existência de todos.

Milton Santos¹

Não creio que vá mudar totalmente a sociedade em menos de cem anos, por exemplo. Mas o importante não é saber aonde vai chegar, não é saber que tipo de socialismo vai ser construído: importante é a trajetória. Porque nós não sabemos que tipo de sociedade vai vir disso, mas sabemos o que queremos agora, e isto é que é importante.

Paul Singer²

1 Em: Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal, [2000] 2013, p.147 - 148.

2 Em: SINGER, H. Importante não é saber aonde chegar, importante é a trajetória. 2022. Disponível em: https://paulsinger.com.br/importante-nao-e-saber-aonde-chegar-importante-e-a-trajetoria/#_ftn1 Acesso em: 21 abr. 2023.

Resumo: Nesse trabalho, buscamos analisar, inicialmente, as possíveis imbricações da Economia política da urbanização e a Economia política da cidade. Também ocorreu a identificação de uma periodização da economia solidária no Brasil, para em seguida termos um quadro da diversidade dos empreendimentos econômicos solidários (EESs) e da constituição plural desse fenômeno. Logo após partimos para o mapeamento dos tipos de EESs na formação socioespacial brasileira. Esse esforço ainda contou com mais duas etapas, nas quais houve a tentativa de correlação do campo da economia da solidária ao conceito de movimentos sociais urbanos, para na última etapa haver a apresentação das normas que podem reger a economia solidária no Brasil. Reconhecer os fundamentos da economia solidária, bem como a sua distribuição espacial em nosso país, por meio da cartografia temática pode ser uma importante contribuição dos conhecimentos geográficos nos estudos da Economia Solidária.

Palavras-chave: Economia solidária. Formação socioespacial. Empreendimentos econômicos solidários. Mapas temáticos. Brasil.

lista de ilustrações:

Figura I - “A Economia Solidária no Brasil” por Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)

Lista de quadros e tabelas:

Quadro 1 - Periodização da Economia Solidária no Brasil

Quadro 2 - Totalização das quantidades dos tipos de atividades econômicas dos EESs

Quadro 3 - Produção bibliográfica sobre os MSUs no campo da geografia humana no Brasil baseado em XISTO JÚNIOR, 2017, p. 311 - 313.

Lista de mapas:

MAPA 01 - “Área de atuação do Empreendimento Econômico Solidário – EES”

MAPA 02 - “Comercialização ou Organização da Comercialização”

MAPA 03 - “Troca de Produtos ou Serviços”

MAPA 04 - “Produção ou Produção e Comercialização”

MAPA 05 - “Outros tipos de atividades econômicas: Consumo, uso coletivo dos bens e serviços pelos sócios (Lado esquerdo - 5A) e Poupança, crédito ou finanças solidárias (Lado direito 5B)”

MAPA 06 - “Total de Sócios nos EESs”

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução | 01 |
| 1. Das possíveis imbricações da Economia Política da Urbanização e a Economia Política da Cidade como fatores constituintes da Economia Solidária na formação socioespacial brasileira no período atual | 03 |
| 2. Uma periodização da Economia Solidária na formação socioespacial brasileira | 07 |
| 2.1 - Três trajetórias intelectuais - Noele Marie Paule Lechat e sua periodização da Economia Solidária no Brasil | 12 |
| 3. A diversidade de Iniciativas/Empreendimentos no campo Economia Solidária | 14 |
| 4. A distribuição espacial dos Empreendimentos Econômicos Solidários na formação socioespacial brasileira | 20 |
| 5. Da possível relação do conceito “Movimentos Sociais Urbanos” ao campo da Economia Solidária | 33 |
| 6. Das normas que regem a Economia Solidária brasileira | 40 |
| 6.1 - O projeto de Lei Nº 4.685 de 2012: A Política Nacional de Economia Solidária (PNES) | 40 |
| 6.2 - A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 69/2019 | 41 |
| 7. Considerações finais | 42 |
| 8. Bibliografia | 44 |

Introdução:

A necessidade de fazer essa pesquisa emerge da intenção de analisar geograficamente o fenômeno social que é a economia solidária na formação socioespacial brasileira.

Por isso, iniciaremos da hipótese que, considerando a imbricação entre a economia política do urbano e da economia política da cidade poderemos ter uma base teórica para a realização do nosso estudo acerca da economia solidária enquanto fenômeno socioespacial.

Logo em seguida, investigaremos como sucede a proposta para a periodização da economia solidária na formação socioespacial brasileira. Para esta periodização, de início, dispusemos como referência o artigo de Sidélia Luiza de Paula Silva, no qual a autora identifica, na obra de LECHAT (2004), distintas fases³ distintas na história da economia solidária brasileira. Fundamentado por essas duas referências teremos condições de apresentar uma periodização da Economia Solidária no Brasil.

Nosso próximo passo é caracterizar a diversidade de iniciativas no campo da Economia Solidária no período atual. Para esta caracterização realizaremos um levantamento bibliográfico para detalhar as variedades que constituem dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil.

Após isso, apresentaremos por meio de uma coleção de mapas, por nós elaborados, a distribuição espacial dos vários tipos de empreendimentos econômicos solidários no território brasileiro.

O nosso esforço também se concentrará em correlacionar o conceito da Geografia Humana de “Movimentos Sociais Urbanos” (MSU) ao campo da Economia Solidária.

Por fim, apresentaremos de forma sintética um panorama das normas que procura regulamentar a Economia Solidária no Brasil.

3 LECHAT, Noelle Marie Paule. Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil. 2004. 393p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000343954>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

Desse modo é que propomos uma análise das possíveis imbricações da Economia Política da Urbanização e a Economia Política da Cidade como fatores constituintes da Economia Solidária na formação socioespacial brasileira no período atual.

1. Das possíveis imbricações da Economia Política da Urbanização e a Economia Política da Cidade como fatores constituintes da economia Solidária na formação socioespacial brasileira no período atual:

Nosso empenho em apresentar esta proposta de pesquisa, ampara-se no levantamento bibliográfico, o qual nos indica a possibilidade de haver contribuições dos estudos geográficos para o tema da economia solidária na formação socioespacial brasileira.

De início a pertinência da nossa proposição tem lastro no livro: “Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal”, cujo autor, o geógrafo Milton Santos, no capítulo VI, intitulado: “A transição em marcha”⁴, argumenta que o período histórico que a humanidade vivência está permeado por uma transição “quase imperceptível”, pois ela não se deixa notar, característica essa que Milton Santos denomina como “qualidade do novo”_ aqui infere-se uma correlação com a ideia do que é qualitativo_ em oposição a esta desapercibida transição. No transcorrer do texto, o professor Milton Santos, indica quais os elementos e, principalmente, quem são e onde estão os sujeitos que caracterizam o atual período histórico, então, denominado “período demográfico ou popular”.

Em sintonia com as proposições apresentadas acima, destacamos a seguir um excerto do economista Paul Singer, que nos motiva na realização deste estudo, ao buscar o diálogo entre a Economia Solidária e a Geografia Humana.

A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas

4 SANTOS, M. A transição em marcha. In: _____. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2013. cap. VI, p.141-174. “quantitativamente dominante”, por certo infere-se que há uma disputa entre duas forças.

que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor.” (SINGER, 2002, p. 114)⁵

Ao referirmo-nos em Geografia Humana, deixamos claro a nossa intenção de aproximarmo-nos da “corrente” conhecida por “Geografia Nova”. Em razão desta estrutura de produção de conhecimento da ciência moderna estar baseada na teoria do conhecimento, na qual, possibilita a homens e mulheres a tramar, articular as suas ações à teoria e ao método próprio da chamada “filosofia das técnicas”, a qual, articula-se com os demais ramos do conhecimento, como um poderoso instrumento de análise e compreensão do espaço geográfico. (SANTOS, 1988b)

Iniciamos o nosso percurso por uma definição que identifica o objeto de estudo da economia política, definição, esta, pronunciada por Milton Santos, que nos diz:

que o seu objeto é o estudo da produção, de suas condições de realização e de suas consequências diversas, como resultado de um jogo complexo: em última análise, temos, de um lado, o funcionamento do capital e, de outro lado, o funcionamento do trabalho. Esse jogo se dá tanto de forma espontânea como de forma regulada, ainda que a ação do mercado e a do Estado raramente se excluam. (SANTOS, M. [1994] 2004, p.111)

Tendo a consciência das relações entre o funcionamento da relação do capital com o trabalho podemos encontrar farta literatura, na qual há por evidência, a importância do “espaço geográfico”. O próprio Milton Santos é quem demonstra a presença da questão do espaço nas obras dos economistas fisiocratas e liberais dos séculos XVII e XVIII, sendo eles: Adam Smith, Ricardo, William Petty e Vauban (SANTOS, [1994] 2004, p. 112) Em virtude dos trabalhos desses autores temos o registro dos estudos e das formas como se deram as abordagens entre espaço e economia. Desse modo, conforme aponta Milton Santos, o próprio Karl Marx correlacionara tais ideias, as quais nos motiva a:

tornar explícito para abarcar o movimento da sociedade como um todo a natureza como corpo orgânico do homem; o homem como resultado das suas relações com outros homens e com a natureza; a produção como um dado fundamental das funções

5 SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

exercidas conjuntamente pela natureza e pelo homem, em um dado momento. Tudo isso supõe que as coisas sejam conhecidas não pelo seu valor absoluto, mas por seu valor relacional. (SANTOS, M. [1994] 2004, p. 113)

Por consequência, baseando-se nestes pressupostos temos importantes instrumentos para a nossa reflexão. Além do mais, se tivermos como parte das nossas premissas a divisão do tempo histórico em períodos, assim como orienta Milton Santos (SANTOS, [1996] 2017), para que cheguemos no conhecimento sobre o que é urbano, podemos encontrar este mesmo método em autores como David Harvey, que em seu livro “A condição pós moderna” clarifica-nos do que trata o período chamado de acumulação flexível:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada com um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se, pelo surgimento dos setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando por exemplo, um vasto movimento nos setores de emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões subdesenvolvidas (HARVEY, D. [1989] 1992, p. 140)

Assim sendo, articulando o instrumental teórico já, anteriormente, apresentado ao da economia política, e, sendo essa um pressuposto do valor relacional entre as coisas _a que preferimos, assim como nos ensina Milton Santos, chamá-los: “objetos”, pois as “coisas” estariam ligadas a uma *primeira natureza*, a qual dificilmente teremos contato, enquanto os objetos são as “formas” das quais os homens usam, lidam, ou seja, guardam uma relação de proximidade conosco.

Ao aliar, essa concepção metodológica, já apresentada, com o método de periodizar o tempo histórico, inferimos que ao propor uma abordagem de estudo do tema da Economia Solidária na formação socioespacial brasileira, é uma forma de apreender a complexidade do tema a ser analisado. E ao

periodizarmos o fenômeno teremos em seus períodos de tempo, a clarificação das suas dinâmicas.

Portanto, partindo das referências, aqui apontadas, na qual temos na definição de Harvey, bem como nas orientações metodológicas, propostas por Milton Santos, que tratam, respectivamente, da economia política, sendo essas aprofundadas no excerto em que Milton evidencia como em Karl Marx clarifica os meandros das relações humanas com o seu entorno, refletimos, isso de maneira preliminar, pois sabemos ainda há muito o que estudar, mas, desde agora estamos cientes da força da utilização destas ferramentas teórico-conceituais no campo da Geografia Humana.

Por outro lado, sabemos que esta nossa reflexão ainda está devendo esclarecer os atributos economia política da cidade e partindo da mesma teoria geográfica, a Geografia Nova, recorreremos ao livro “Por uma economia política da cidade”, de Milton Santos, onde no trecho, abaixo destacado, temos importantes chaves de reflexão acerca dos estudos da cidade, em que:

Quanto mais os territórios são cortados por estradas, tanto mais a produção e os homens se concentram em poucos lugares. A cidade é um grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo, nó de comunicação. Por isso, o processo de entendimento global de produção não se contenta com mera economia política, nem se basta com Economia Política da Urbanização, exigindo uma Economia Política da Cidade. (SANTOS, M. [1994] 2004, p.114)

Refletindo a Economia Política da Cidade como um método de abordagem sobre o tema cidade encontramos uma escala de análise a partir do lugar. E, é ali que verificaremos toda uma série de temas, que num primeiro momento, podem ser compreendidos como sendo pertencentes apenas a aquela escala espacial, temas tidos como banais, como por exemplo as questões que envolvam a falta de saneamento básico num determinado lugar, ou mesmo das formas de organização de cooperativas que se prestam ao crédito popular ou nas tantas formas de produção, distribuição e consumo da Economia Solidária. Enfim, temos aqui por intermédio da Economia Política da Cidade uma ferramenta para evidenciar aspectos que a Economia Política da Urbanização não abarca.

Posto isso, compreendemos que a Economia Política da Urbanização e a Economia Política da Cidade são métodos acessíveis e poderosos no fazer geográfico, e especificamente, são instrumentos fundamentais para elucidarmos as tramas do período histórico que vivemos, visto que a acumulação flexível permeia as relações socioespaciais.

Por fim, compreender e analisar as transformações econômicas, sociais e culturais, nas quais estão a Economia Solidária será a nossa tarefa neste trabalho.

2. Uma periodização da Economia Solidária na formação socioespacial brasileira:

Com o objetivo de identificar e compreender a complexidade dos fluxos de relações e dos sistemas que constituem o imbricado fenômeno social que é a Economia Solidária, partimos, da metodologia de Milton Santos em que há “necessidade de uma periodização”, sendo ela:

indispensável para que, no trabalho de empiricização das categorias, não nos escape o problema da mudança de valor de cada variável segundo os momentos. (SANTOS, M. [1988] 2014, p.123)

E munidos desse entendimento, conforme apontado por Milton Santos, notamos que no artigo de Sidélia de Paula Silva, “Histórico da Economia Solidária no Brasil”, a autora elenca uma “divisão temporal” em quatro “períodos”, sendo eles: o primeiro de 1980 a 1995; o segundo de 1996 a 2001; o terceiro de 2002 até os dias de hoje⁶, e o quarto período é classificado como “atemporal”.

Nesse quarto momento da periodização optamos por não adotá-lo nesse estudo, pois entendemos que pela forma apresentada, conforme a nossa leitura em SANTOS ([1988]2014, p. 123) há um “escape da mudança do valor de cada variável segundo os momentos”. Afinal, como reproduziremos logo a seguir, a autora, baseada em Abramovay, para apresentar a sua periodização, no quarto período, fixa-se, apenas, na produção teórica dos autores da

⁶ Artigo publicado em 2015.

Economia Solidária. Temos, abaixo, a reprodução do trecho em que a autora apresenta o quarto momento da sua periodização:

4º período atemporal: esse período é marcado pelo debate e avaliação da institucionalização e autonomia da Economia Solidária até aqui, e coloca os termos da Economia Solidária em disputa e debate durante quase todo o período de incidência da prática no país. Nos escritos teóricos ao mesmo tempo em que existe um debate sobre o assunto em diversos campos sociais, também se percebe alguma intenção de avaliação do que tem sido a Economia Solidária – e isso dentro da especificidade de cada escrito – e sugestões de como reformar certo campo – como funcionaria melhor de acordo com as diversas experiências exposta. (SILVA, S. L. P., 2015, p.9 apud ABRAMOVAY, 2004)

Nesse estudo propomos uma outra metodologia, na qual origina-se na “tentativa de periodização de identificação das tendências” (SANTOS, M. [1988] 2014, p.125) fato que se perde nesse quarta parte da periodização, dado que a autora fixa sua proposição em apenas na produção intelectual, deixando, ao menos nesse momento, todas as outras possíveis características que estão imbricadas a temporalidade e espacialidade fora da sua perspectiva.

Num segundo momento deste estudo tivemos o acesso à tese de Noele Marie Paule Lechat⁷, sendo essa tese uma das referências de Sidélia de Paula Silva, no seu artigo “Histórico da Economia Solidária no Brasil”.

Noele Marie Paule Lechat apresenta, por meio do estudo sociológico da obra de três intelectuais, os meandros do modo de como se deu a constituição da Economia Solidária no Brasil. Dessa forma a nossa proposta de periodização da Economia Solidária no Brasil está fundamentada entre a articulação do artigo de Sidélia de Paula Silva, com a tese de Noele Marie Paule Lechat, bem como na periodização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), sendo este, considerado por ambas autoras, uma importante instância do movimento da Economia Solidária no Brasil.

Assim sendo, temos uma possível periodização do movimento da Economia Solidária, no Brasil, no quadro a seguir:

7 Trata-se da tese de Noele Marie Paule Lechat: “Trajetórias Intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil” já referenciada em outras notas desse trabalho.

| Período: | Características: | Evento marcante: |
|----------------|---|---|
| De 1989 a 1995 | <ul style="list-style-type: none"> - reação ao desemprego em massa; - nova estruturação da organização do trabalho. | <ul style="list-style-type: none"> - criação da ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão; - criação das ITCP's - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. |
| De 1996 a 2001 | <ul style="list-style-type: none"> - expansão da articulação das instituições universitárias com os movimentos sociais e do terceiro setor; - expansão das atividades das igrejas na ajuda aos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES's. | <ul style="list-style-type: none"> - Cáritas auxiliam os EES's; - 1997 - fundação da UNITRABALHO; - 1998 - Criação do Banco Palmas em Fortaleza-CE; - 1º Encontro dos ITCP's (do CE e RJ); - FINEP fomenta os ITCP's por meio de editais; - Fundação Banco do Brasil prevê recursos financeiros as EES's; - Fórum de Cooperativismo popular no RJ; - 1999 - Início dos debates teóricos por meio do evento "Economia dos Setores Populares"; - 2000 - Criação da UNISOL Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários; - Criação da ADS - Agência de |

| | | |
|------------------|--|--|
| | | Desenvolvimento Solidário da CUT (Central Única dos Trabalhadores); |
| | | - Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária; |
| | | - 2001 - FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. |
| Período: | Características: | Evento marcante: |
| De 2002 até 2015 | <ul style="list-style-type: none"> - Articulações no campo político; - articulações entre os agentes da Economia Solidária; - institucionalização, empoderamento, regulamentação de direitos, reconhecimento do Estado; - proposição para a criação de órgãos específicos e governamentais; - reconhecimento da prática social como política pública; - até 2002 a Economia Solidária se manifestavam em cinco estados; - em 2006 o Fóruns Estaduais estavam presentes nos 27 estados do Brasil; - articulações e intercâmbios | <p>2002 - SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária;</p> <p>2003 - Fóruns Estaduais e Grupo de Trabalho foram criados no Fórum Social Mundial;</p> <p>- 1ª Plenária de Economia Solidária;</p> <p>2004 - I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária;</p> <p>- 2006 - I Conferência Nacional de Economia Solidária;</p> <p>- 2008 - Estruturação do FBES em três segmentos: empreendimentos de economia solidária, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos;</p> <p>- 2011 - Reorganização da estrutura das instâncias nacionais do FBES;</p> |

| | |
|--|--|
| internacionais; | 2012 - V Plenária Nacional de Economia Solidária, na qual foi debatido: a orientação política do movimento, a orientação das ações do movimento e a organicidade do movimento (estrutura e organização do FBES). |
| - debates sobre a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento territorial. | |

| Período: | Características: | Evento marcante: |
|----------------|---|--|
| De 2016 a 2023 | <ul style="list-style-type: none"> - a Economia Solidária como movimento social (Partindo da tese de Lechat); - um reavivamento da economia solidária, enquanto política pública ou da imbricação da economia política do urbano com a economia política da cidade. | <ul style="list-style-type: none"> - Impeachment da presidenta Dilma; precarização e interrompimento de políticas públicas; - 2019 - fim da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); - 2022 - o tramite da Lei Nº 4.685/2012: A Política Nacional de Economia Solidária (PNES) - 2022 [2019] a proposição e andamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 69/2019. |

Quadro 1 – Periodização da Economia Solidária no Brasil

2.1 - Três trajetórias intelectuais - Noele Marie Paule Lechat e sua periodização da Economia Solidária no Brasil:

Ao elaborar sua tese, sobre o campo da Economia Solidária no Brasil, Lechat orienta o seu argumento em torno de três trajetórias intelectuais, sendo: Paul Singer (1932 - 2018), Marcos Arruda e Luiz Inácio Gaiger. E não por acaso, através do seu estudo são evidenciadas as correntes político-ideológicas que permeiam a Economia Solidária no Brasil.

Destacamos o trecho a seguir, para ilustrar os contrastes que formam o movimento:

As trajetórias dos intelectuais estudados nos remetem a grandes utopias sempre atualizadas e ressemantizadas em função das novas condições sócio-históricas como o socialismo ou o anarquismo, o humanismo cristão ou o socialismo. (LECHAT, 2004, p.296)

Para melhor compreendermos os aspectos das matrizes políticas que permeiam o campo do pensamento que constituem a Economia Solidária no Brasil reproduzimos abaixo trechos em que Noele Marie Paule Lechat destaca a figura de cada um dos três intelectuais historicamente reconhecidos, como formuladores dos estudos da Economia Solidária no Brasil.

De Paul Singer, destacamos que:

usou a categoria economia solidária para nomear uma proposta de política pública elaborada em 1996, no programa partidário do Partido dos Trabalhadores (PT) para fazer frente ao desemprego de grande parte dos moradores da cidade de São Paulo. Segundo Singer, *em entrevista*, precisava convocar os desempregados a organizar-se em massa visando sua reinserção na economia, mas por sua própria iniciativa. O texto resumindo a proposta foi publicado em julho de 1996 na Folha de São Paulo sob o título *Economia Solidária contra o desemprego*. (LECHAT, 2004, p.30)

Para Marcos Arruda, apontamos:

que, trabalhando em ONGs, estava há tempo preocupado com a autogestão, empregou a categoria socioeconomia solidária para batizar os programas educativos na área de geração de trabalho e renda. Em dezembro de 1996, proferiu a conferência *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*, na Conferência sobre Globalização e

Cidadania, organizada pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social.(LECHAT, 2004, p.30)

Para Luiz Inácio Gaiger, ressaltamos:

Em abril de 1992, Luiz Inácio Gaiger começava o seu trabalho de assessoria à Regional gaúcha da Caritas para recadastramento e avaliação dos Projetos Alternativos Comunitários - PACs. Ele estabeleceu uma tipologia dessas associações entre as quais umas eram provenientes de projetos do tipo assistencialista, paternalista, autoritário e clientelista e outras visavam formar organizações autônomas com relações de trabalho e de convívio mais horizontais e solidárias e que, além do mais, tentavam estabelecer sua autossustentação ou viabilidade econômica. Estes projetos, geralmente ditos alternativos (às formas assistencialistas ou clientelistas, e as relações de trabalho capitalistas), ele os batizou de empreendimentos econômicos solidários, inspirado numa categoria utilizada pelo filósofo chileno Luís Razeto. Em setembro de 1995, no 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, Gaiger vai apresentar a análise dos resultados desta pesquisa. (LECHAT, 2004, p. 31)

Paul Singer, Marcos Arruda e Luíz Inácio Gaiger são alguns exemplos dos intelectuais que pensaram e pensam na Economia Solidária. Aqui nesse estudo temos apenas uma primeira aproximação com o tema. E, pela complexidade desse fenômeno social, nesse momento optamos por buscar nosso primeiro contato com esse campo pelas contribuições de Paul Singer.

No próximo capítulo, em que iremos caracterizar a diversidade de iniciativas de Economia Solidária no Brasil, retomaremos e buscaremos aprofundar os conceitos apresentados até aqui.

3 - A diversidade de iniciativas da Economia Solidária no período atual:

Antes de caracterizarmos a diversidade de iniciativas de Economia Solidária na formação socioespacial brasileira, no período atual, destacamos os princípios que a constituem⁸, para isso fundamentamo-nos em Paul Singer que a apresenta os cinco princípios que constituem a Economia Solidária no Brasil.

Sendo o primeiro:

O princípio de que os meios de produção sejam propriedade unicamente dos trabalhadores é a garantia da **autonomia da cooperativa**, que não deve depender de ninguém que não seja trabalhador associado a ela.

Desse princípio segue logicamente que a administração da cooperativa deve ser exercida democraticamente pelos trabalhadores, cada um deles dispondo de um voto na assembleia de sócios que constitui o órgão supremo de decisão sobre os assuntos de que dependem os rumos da cooperativa. É a *autogestão* operária que garante a autenticidade dessa comunidade de trabalho e, por extensão, da economia solidária. (SINGER, [2013] 2022, p. 182 - 183)

O segundo princípio:

é o da **porta aberta**. Ele afirma que ninguém deve ser coagido contra a sua vontade entrar na cooperativa ou a ficar nela. Como o ambiente de trabalho na cooperativa é completamente diferente do ambiente nas empresas capitalistas, os que entram na cooperativa passam por um estágio probatório de alguns anos para verificar se se amoldam a ele e se os seus colegas estão certos de que ele se integrará no coletivo. (SINGER, [2013] 2022, p.182)

O terceiro princípio:

é o da **transparência**. Ao contrário da empresa capitalista, que cultiva o segredo do negócio, a cooperativa deve praticar a transparência em relação a tudo o que acontece de importante em seu seio. Se cada trabalhador é parte de um coletivo que é responsável pelas decisões que definem os seus rumos, é

⁸ “Os princípios da economia solidária se inspiram nos princípios da Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, fundada em 1844, e depois adotados com poucas alterações, em 1895, pela conferência da fundação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entidade que até hoje representa o cooperativismo mundial. Desde então, a Aliança aperfeiçoou esses princípios em diversas conferências internacionais sem alterar a sua essência.” SINGER, P. Economia Solidária - Introdução, história e experiência brasileira. [2013] 2022, p.182

indispensável que ele esteja informado de tudo que afeta esse coletivo e por isso entenda o porquê das decisões tomadas. (SINGER, [2013] 2022, p.183)

O quarto princípio:

é possibilitar a cada trabalhador associado o acesso ao conhecimento. Nesse caso não se trata do conhecimento dos fatos que afetam o coletivo, mas do **conhecimento científico necessário** para que os empreendimentos de economia solidária obtenham por sua produção um pagamento digno e justo pelos esforços despendidos em seu trabalho. (SINGER, [2013] 2022, p.184)

E o quinto princípio:

é o do **rodízio nos cargos de direção**. Os trabalhadores que exercem estes cargos têm oportunidades de aprender em função dos problemas com que se defrontam, oportunidades que os demais trabalhadores não têm. Os dirigentes que mantêm contato com os clientes, fornecedores, gerentes de bancos, representantes de outras cooperativas, dirigentes de cooperativas de segundo grau ou de redes de cooperativas etc., têm oportunidades exclusivas de aprendizado. Essa diferença de acesso ao conhecimento acaba destruindo a igualdade de direitos que é essencial à prática da democracia no seio da cooperativa. Por isso, o princípio do rodízio nos cargos é tão importante. (SINGER, [2013] 2022, p.184)

Após verificarmos os cinco princípios que fundamentam a Economia Solidária passamos a outra importante etapa da nossa caracterização da diversidade de iniciativas de Economia Solidária. E aqui, deparamo-nos com um avanço, na nossa busca de compreender o fenômeno da Economia Solidária, uma vez que em nosso primeiro contato com os conceitos desse campo de pesquisa entendíamos que o termo/conceito: “iniciativas de Economia Solidária” compreendia a totalidade do fenômeno, mas não o conceito “iniciativas de economia solidária” é um conjunto formado por quatro categorias⁹: pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), pelas Entidades de Apoio e Fomento (EAFs), e pelas Organizações Representativas e movimentos sociais, além dos Órgãos Governamentais. Portanto, esse estudo

⁹ Segundo o Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo: “Podemos organizar os grupos que desenvolvem a economia solidária no Brasil em quatro categorias: Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento, Organizações de Representação e Governos.” Disponível em: <https://ecosol.dieese.org.br/quem-sao-os-participantes.php> Acesso em 01 mai. 2023.

sobre às características da Economia Solidária estará atrelado, especialmente, na assimilação dos atributos dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), não obstante, correlacionaremos as especificidades dos EES à totalidade que constitui o movimento da Economia Solidária no Brasil. Para isso, desde já apresentamos na Figura 1¹⁰ a diversidade “de atores” que formam a Economia Solidária no Brasil:



Figura I - “A Economia Solidária no Brasil” elaborada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)

Numa breve descrição dos grupos de atores que constituem a iniciativas de Economia Solidária, no Brasil, iniciaremos pelo nosso objeto de estudo que são os **Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)**, sendo esta categoria composta:

10 Figura I - A Economia Solidária no Brasil. Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/sobre-o-fbes/> Acesso em 04 mai. 2023.

- EESs de Troca de Produtos e Serviços (clubes de troca, redes solidárias, etc.);
- EESs de Produção (associações, grupos de produção, cooperativas populares, empresas recuperadas, etc.);
- EESs de Comercialização ou Organização para a Comercialização (Centrais de comercialização, lojas, feiras, etc.);
- EESs de Prestação de Serviços (associações, grupos de produção, cooperativas populares, empresas recuperadas, etc.);
- EESs de Poupança, Crédito ou Finanças Solidárias (cooperativas de crédito, bancos comunitários, bancos de trocas solidárias, etc.);
- EESs de Consumo ou Uso Coletivo de Bens e/ou Serviços (cooperativas, grupos ou núcleos de consumo, EESs de beneficiamento, fundos de pasto, etc.).

Outra categoria são as **Instâncias Políticas de Economia Solidária**, sendo:

- Governo Federal (Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, Programas ou Projetos);
- Programas, Departamentos ou Secretarias Estaduais e Municipais de Economia Solidária.
- Frentes Parlamentares;
- Setoriais de Economia Solidária.

Mais uma categoria são as **Ligas ou Uniãoes de Economia Solidária**, sendo:

- Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL);
- Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG);
- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB)
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
- União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES);
- Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil).

E, por fim, há também as **Entidades de Apoio e Fomento**:

- Igrejas e Pastorais Sociais;
- Movimento sindical;
- Organizações não governamentais (ONGs);
- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIPs);
- Incubadoras universitárias.

No artigo “O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade” somos instigados a refletir a respeito da complexa constituição da Economia Solidária:

A diversidade de atores que configuram o movimento da economia solidária, como ilustrado (...), aliado a esta forma de atuação em redes colocam para este movimento o desafio de construir um inter-reconhecimento da subjetividade coletiva, ou nas palavras do próprio movimento, a construção da unidade através da diversidade. Mesmo que a formação das redes e fóruns possibilita a migração para um campo comum de ação, contribuindo assim também para sua diferenciação de outras organizações, a própria diversidade e especificidades sócio político-culturais dos atores configuram desafios para o inter-reconhecimento deste movimento¹¹ (SANTOS e GONÇALVES, 2008, p.13)

11 SANTOS, A. M.; CARNEIRO, V. G. O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1260>. Acesso em: 04 maio 2023

Outra percepção sobre o contexto social em que a economia solidária está arraigada está nos dizeres de Paul Singer, no qual temos registro de como se deu essa complexa e rica constituição socioespacial:

Essa crescente diversidade cultural vem enriquecendo a economia solidária ao juntar operários de empresas recuperadas, que trazem à economia solidária a experiência recente da luta de classes, com povos que cultuam os valores da economia solidária em função das suas próprias tradições, transmitidas de geração a geração há muito anos. Havendo respeito pelos diferentes, a diversidade alarga os horizontes dos engajados na economia solidária e os torna mais capazes de extrair dos avanços e recuos, dos ganhos e das perdas os ensinamentos que facilitam a convivência e afiar a inteligência coletiva para o enfrentamento de novos desafios. (SINGER, [2016] 2022, p.252-253)

E Singer, conclui:

Sob nomes diferentes, a economia solidária se desenvolve em muitos países dos cinco continentes e, graças à revolução informática e à troca de experiências, foi facilitada, o que torna possível não só a interação, mas a colaboração efetiva, que permite falar da globalização de uma variedade de alternativas viáveis ao capitalismo neoliberal que a todos ameaça. O florescer de uma profusão de economias solidárias ou sociais ou humanas ou como quer que se denominem é a garantia de sua viabilidade, pois a vocação da humanidade não é a uniformização. (SINGER, P. Economia Solidária - Introdução, história e experiência brasileira. [2016] 2022, p.253)

Após conhecermos os cinco princípios da Economia Solidária e as suas diversas categorias de ação e organização na sociedade, temos noção das informações que nos auxiliarão na caracterização dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), que, como já vimos, estão relacionados: a troca de produtos ou serviços; a produção; a comercialização ou organização da circulação; a prestação de serviços; a poupança, crédito ou finanças solidárias e ao consumo de uso coletivo de bens e/ou serviços. Além desse primeiro recorte temático, para o qual nos ocuparemos com dados concernentes aos Empreendimentos Econômicos Solidários, buscaremos, ainda, trabalhar com dados que nos contextualize a respeito da temática urbana na qual a Economia Solidária está incluída, a despeito de que, verificaremos os dados da Economia Solidária no campo brasileiro, pois como nos alerta Milton Santos:

a rede urbana tem um papel fundamental na organização do espaço, pois assegura a integração entre os fixos e fluxos, isto é, entre a configuração territorial e as relações sociais. Seu estudo é fundamental para a compreensão das articulações entre as diversas frações do espaço. Uma análise evolutiva de um sistema urbano, feita segundo essa óptica, permite reconhecer as diversas dinâmicas espaciais, em diferentes momentos, e mesmo nos dá indicações quanto ao futuro. (SANTOS, M. [1988] 2014, p. 120)

E, o autor, complementa:

É evidente que o estudo da rede urbana é insuficiente para o conhecimento da dinâmica espacial de uma área, sobretudo quando boa parte dos processos relacionais se orienta para fora do território estudado. Ainda que assim não fosse, o que se passa nos subespaços não urbanos tem uma lógica própria, que influi sobre o sistema urbano. Desse modo, o estudo exclusivo deste só pode levar a resultados fragmentados e possivelmente falsos. A evolução das condições e dos resultados da produção agrícola e mineral, a expansão dos meios de circulação e o movimento assim gerado são, igualmente, dados essenciais à compreensão de um espaço dado. (SANTOS, M. [1988] 2014, p. 120 - 121)

Na sequência, apresentaremos alguns mapas que tornarão compreensível a diversidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil no período atual.

4. A distribuição espacial dos Empreendimentos Econômicos Solidários na formação socioespacial brasileira:

Para começarmos nosso percurso nessa etapa, consideramos ser fundamental a compreensão da origem dos nossos dados¹², que nos serviram de base para os mapeamentos apresentados logo adiante.

A SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), a antiga secretaria vinculada ao Ministério do Trabalho, junto com a parceria da FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), organizou e realizou a segunda pesquisa nacional em torno do recenseamento dos empreendimentos econômico solidários, para o qual os autores Sandro Pereira da Silva e Leandro Marcondes Carneiro dizem:

¹² Nos Anexos temos as três tabelas com os respectivos dados.

A pesquisa completa é conhecida como o segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária no Brasil, já que o primeiro havia sido realizado entre 2005 e 2007. Esses dados abrangem diferentes dimensões estruturais e a organização social, econômica e política dos empreendimentos de economia solidária (EES), bem como permitem uma caracterização geral de seus associados e suas motivações para o trabalho associado (CARNEIRO; PEREIRA, p.1)

Apuramos os dados no web site¹³, que disponibilizava as tabelas para download, até recentemente, e verificamos este levantamento durou de 2009 a 2013. Sendo até hoje estes os dados mais recentes. Nosso último acesso às tabelas se deu no mês de maio de 2023. Nos anexos temos a reprodução dos dados por nós elencados.

Com a finalidade de realizarmos um mapeamento que propicie vislumbrar a distribuição dos Empreendimentos Econômicos Solidários pelo território brasileiro trabalhamos com três planilhas de dados, sendo elas:

A) “Área de atuação do Empreendimento Econômico Solidário” - Nessa planilha, que é o ANEXO A, deste trabalho, obtivemos dados que nos fazem compreender quais as áreas de atuação dos empreendimentos, sendo estes: EESs exclusivamente atuantes na área Rural, bem como os EESs que atuam exclusivamente na área Urbana, bem como os EESs que atuam tanto na área urbana e na área rural. Além disso há uma coluna na qual podemos correlacionar os dados para cada estado da Federação.

13 Web site no qual fizemos os downloads dos dados que embasam a nossa cartografia: Atlas Digital da Economia Solidária, que era acessado no link: <http://atlas.sies.org.br/sobre.html>. Apesar do web site ter sido retirado do ar, pode-se verificar informações e análises sobre os dados da pesquisa nos links dos artigos de Sandro Pereira Silva e Leandro Marcondes Pereira, sendo eles intitulados: “Os novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: Apontamento Iniciais para o debate”. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6624/1/bmt60_an%C3%A1lise.pdf Acesso em junho de 2023; E também em outro artigo dos mesmos autores, recebendo o título: “Análise das informações do mapeamento de Economia Solidária para empreendimentos de finanças solidárias” Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3757/1/bmt57_novosdados.pdf Acesso em: junho de 2023.

- B) A segunda planilha, que está no ANEXO B, trata da “Principal atividade econômica realizada pelo Empreendimento”; para este quesito houve sete possíveis tipos de atividades econômicas levantadas na pesquisa realizada com os sócios. Sendo elas: “Troca de produtos ou serviços”; “Produção ou produção e comercialização”; “Comercialização ou organização da comercialização”; “Prestação de serviço ou trabalho a terceiros”; “Poupança, crédito ou finanças solidárias”; “Consumo, Uso coletivo de bens e serviços pelos sócios” e o total de Empreendimentos Econômicos Solidários por estados.
- C) Por fim, no ANEXO C temos a planilha com o “Número total de Sócios (Homens e Mulheres)”; lá estão as quantidades de sócios contabilizadas em cada estado e por sexo.

Possivelmente, esta fase da nossa pesquisa foi a que mais demandou tempo, em virtude da complexidade que encontramos ao ter o primeiro contato com o software “QGIS Desktop¹⁴” e com as outras ferramentas¹⁵ que nos valem para esta empreitada. Na sequência apresentamos a nossa produção cartográfica acerca da distribuição espacial dos EESs (Empreendimentos Econômicos Solidários) na formação socioespacial brasileira.

Para começar a apresentação dos mapas recorreremos ao geógrafo Yves Lacoste¹⁶, que alerta:

“Será preciso que esse saber pensar o espaço como o saber ler cartas se difunda largamente, em razão das exigências da prática social, pois que os fenômenos relacionais (a curta e a longa distância) ocupam um lugar cada vez maior” (LACOSTE, [1976] 1987, p. 193)

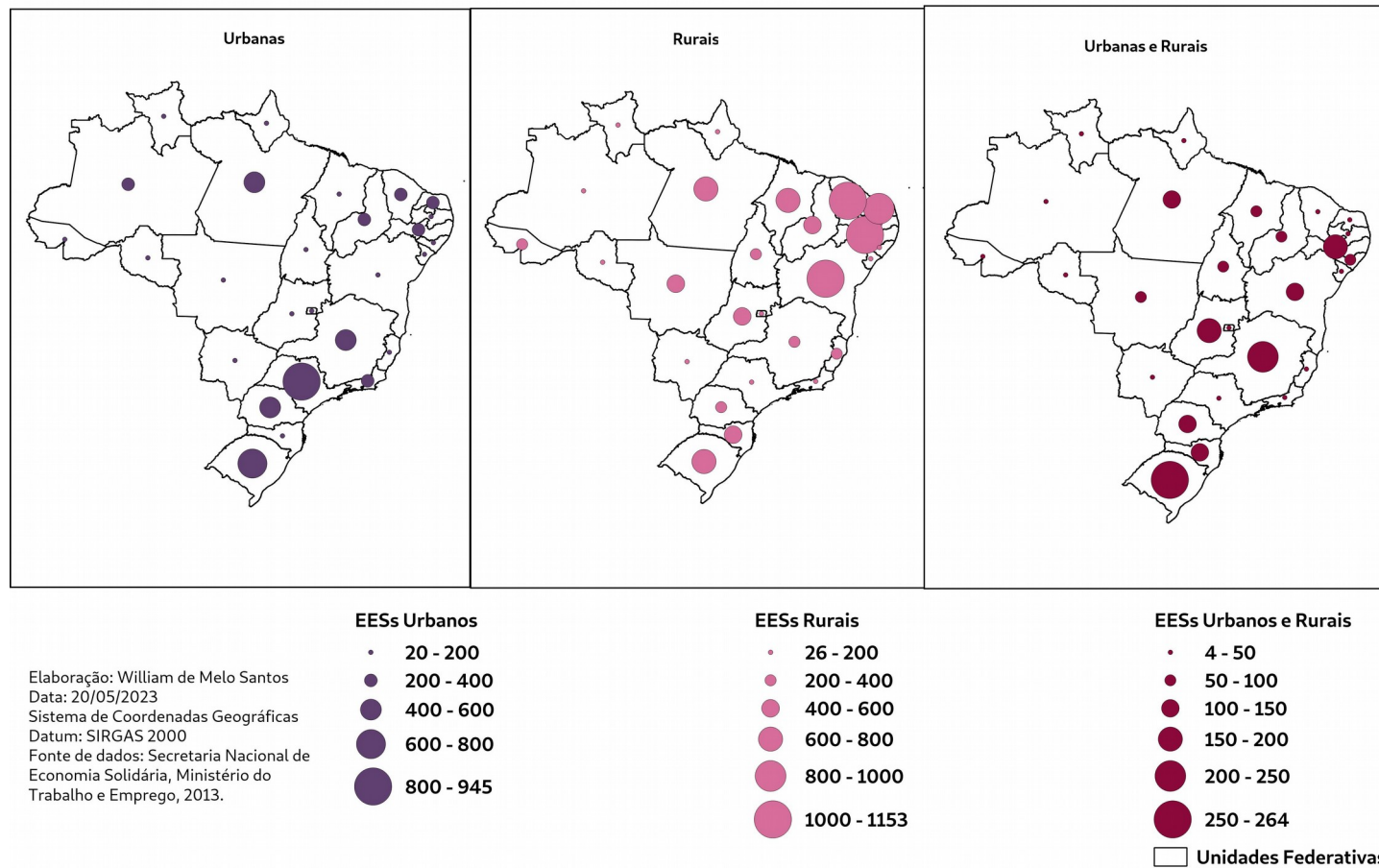
Por isso, nos empenhamos na produção dos mapas a seguir:

14 QGIS 2.18 Las Palmas de G.C. é a versão que foi utilizada na confecção dos nossos mapas. Lembrando que este software é um programa gratuito para processar dados geoespaciais.

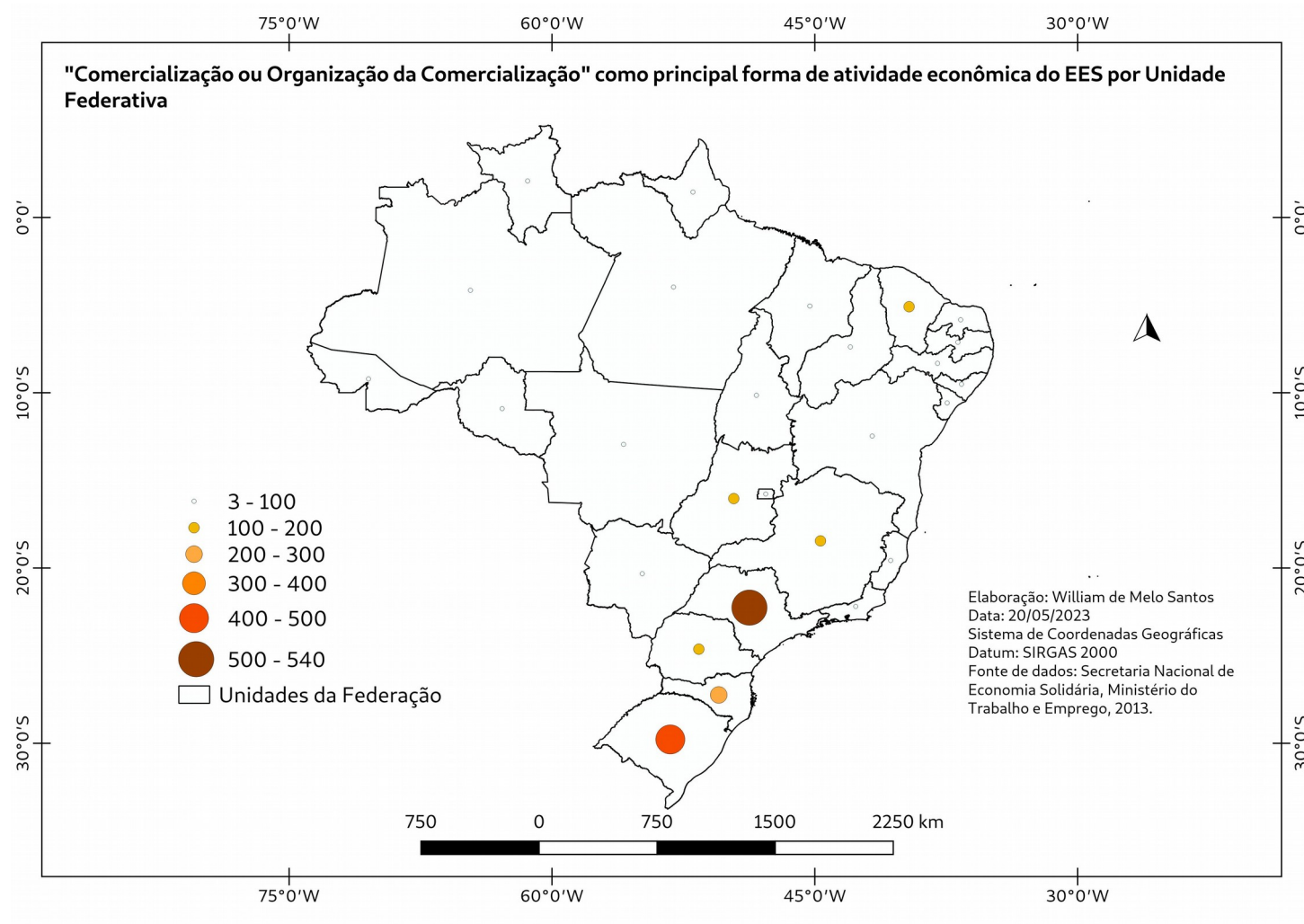
15 Utilizamos as “Malhas territoriais”, ou “Bases Cartográficas” que são disponibilizadas no web site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

16 Yves Lacoste tem 93 anos! Nasceu em Fez no Marrocos, mas a carreira se deu na França.

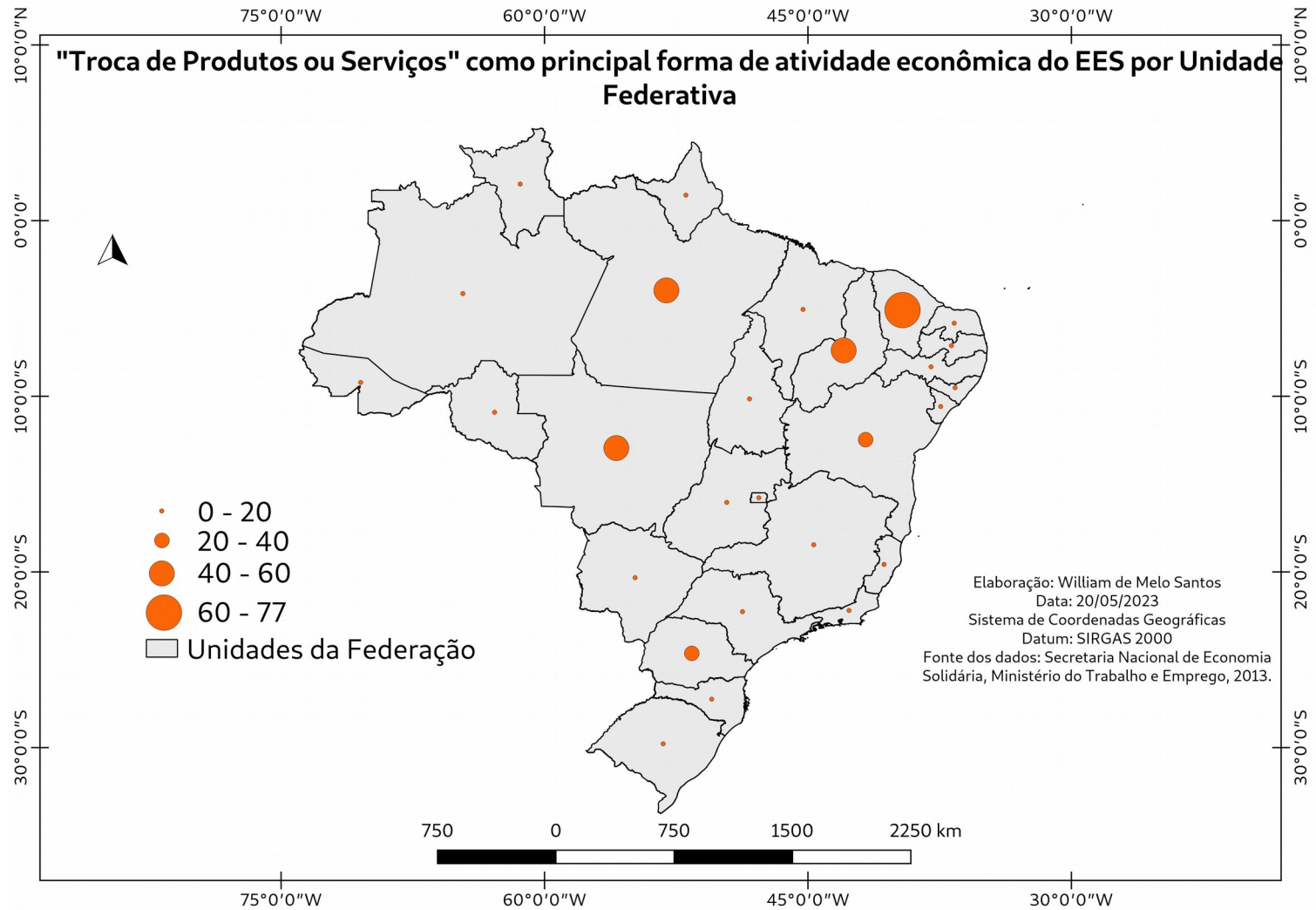
Área de atuação do Empreendimento Econômico Solidário - EES



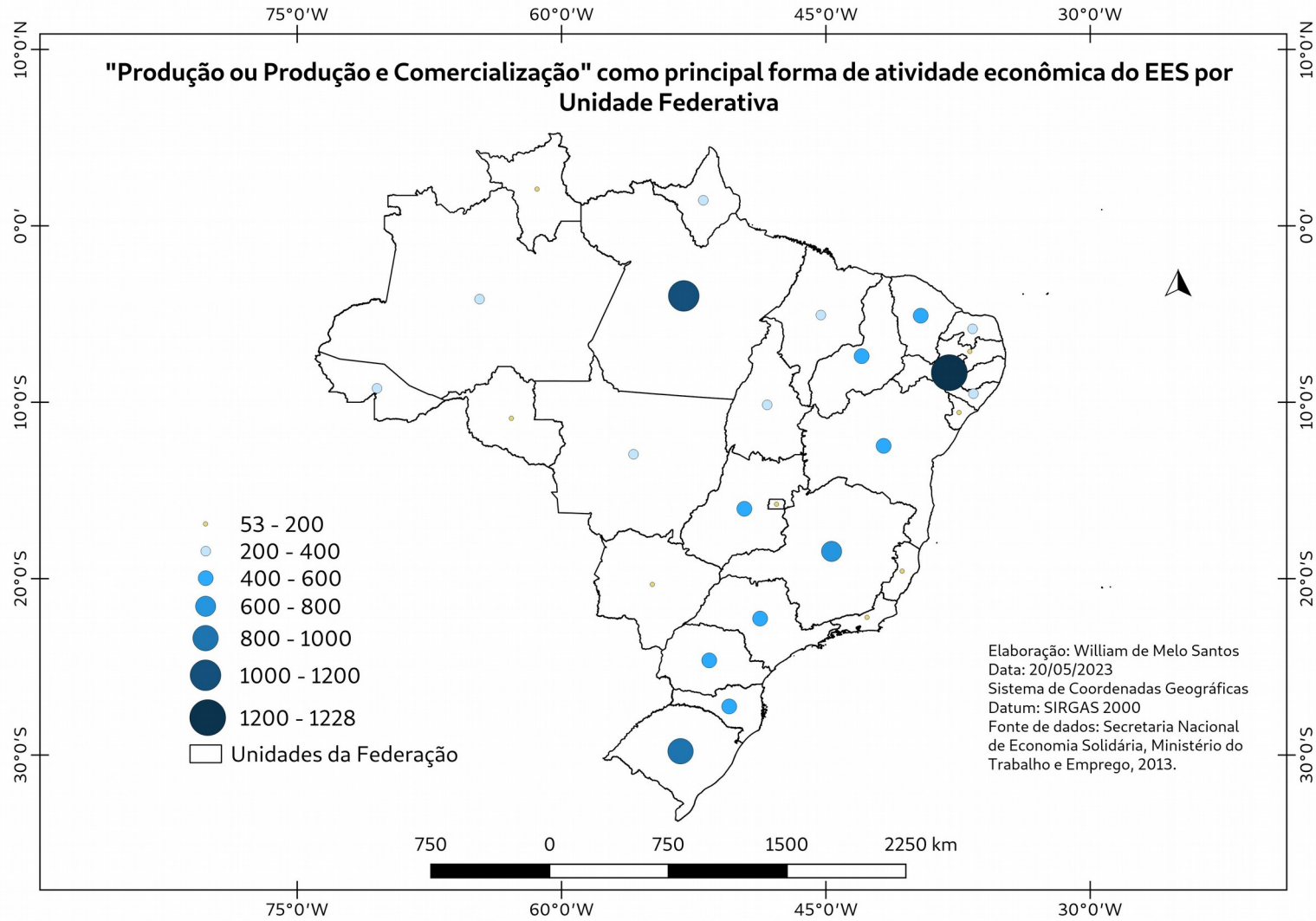
MAPA 01 - “Área de atuação do Empreendimento Econômico Solidário - EES



MAPA 02 - "Comercialização ou Organização da Comercialização"

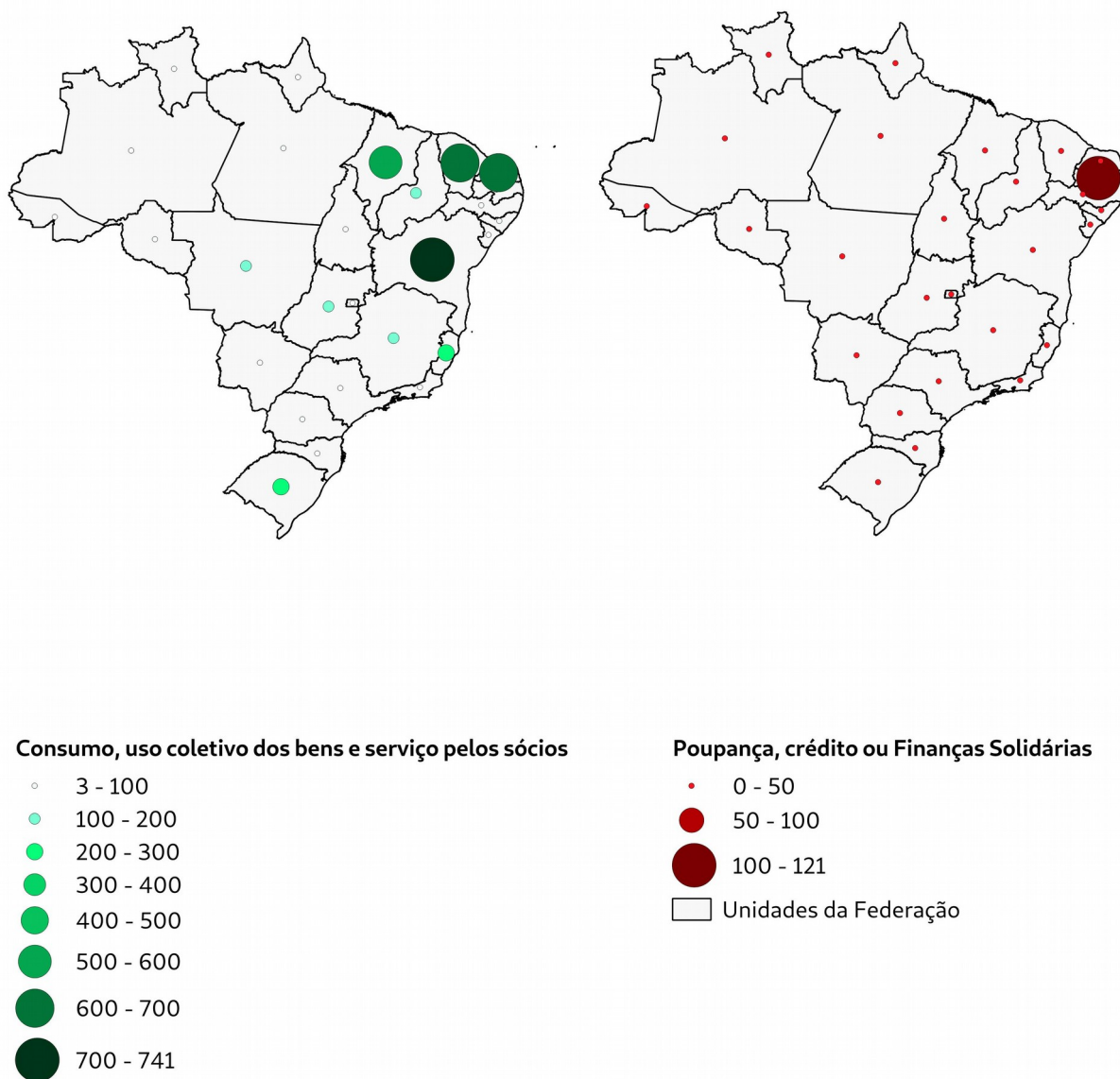


MAPA 03 - "Troca de Produtos ou Serviços"



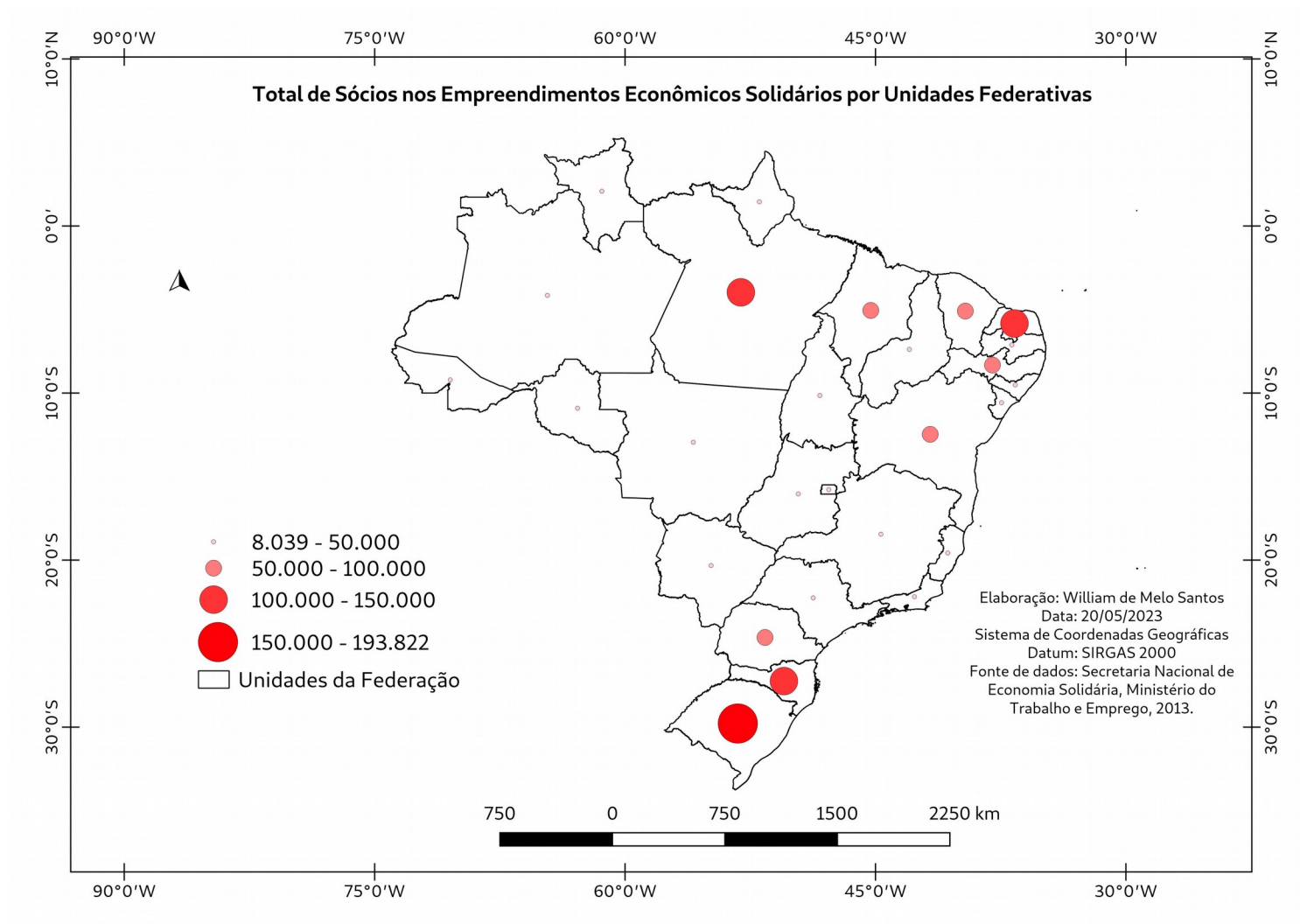
MAPA 04 - Produção ou Produção e Comercialização

Tipos de principais atividades econômicas realizadas pelos EES



Elaboração: William de Melo Santos
 Data: 20/05/2023
 Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: SIRGAS 2000

MAPA 05 – Outros tipos de atividades econômicas: Consumo, uso coletivo dos bens e serviços pelos sócios (Lado esquerdo - 5A) e Poupança, crédito ou finanças solidárias (Lado direito 5B)



Mapa 06 - Total de Sócios nos EESs

No mapa 01 optamos por expor, primeiramente, esses três mapas em conjunto, um ao lado do outro, para facilitar a comparação entre os contrastes da distribuição, que se dá pelo território, entre a atuação em “áreas urbanas”, nas “áreas rurais” assim como nas áreas de atividade tipicamente “urbanas e rurais”. Em linhas gerais, nesse conjunto de mapas, nota-se, quanto aos Empreendimentos Econômicos Solidários, tipicamente urbanos que a sua preponderância está na “Região Concentrada”¹⁷, que na proposição de SANTOS e SILVEIRA, abrange: “São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, caracteriza-se pela implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação.” (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2008, p. 269) Destaca-se que os Empreendimentos Econômicos Solidários tipicamente “Rurais” são notórios na “Região Nordeste”. Verifica-se, também, que os EESs de atuação “Urbanas e Rurais” são expressivos nos estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

No mapa 02, em que expomos a espacialização da “comercialização ou organização da comercialização, como a principal forma de atividade econômica dos EESs (Empreendimentos Econômicos Solidários)”, por Unidade Federativa, destaca-se o estado de São Paulo, como a unidade da Federação em que esse tipo de empreendimento têm a maior evidência, seguido pelo Rio Grande do Sul, em seguida está Santa Catarina e num quarto escalão há o grupo formado por Paraná, Minas Gerais, Goiás e o Ceará. Logo após estão os demais estados em que os empreendimentos tipicamente do ramo do comércio ou da organização da comercialização não chega a uma centena de empreendimentos.

No mapa 03 em que o tema da “Troca de produtos ou serviços” como principal forma de atividade econômica dos EESs (Empreendimentos Econômicos Solidários), vê-se que há quatro variedades de classes, para as quais o estado do Ceará tem a maior presença desse tipo de empreendimento. Na sequência, a “troca de produtos ou serviços” tem representatividade na

17 “Neste ponto da história do território brasileiro, parece lícito propor, a partir das premissas levantadas aqui, uma discussão em torno da possibilidade de propormos uma divisão regional baseada, simultaneamente, numa atualidade marcada pela difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional e nas heranças do passado” (SANTOS e SILVEIRA, [2001] 2008, p 268)

classe que abrange de 40 a 60 empreendimentos, sendo está constituída pelos estados do Pará, Mato Grosso e Piauí. Depois, na classe que engloba de 20 a 40 empreendimentos estão os estados do Paraná e da Bahia, e, por fim, na classe de 0 a 20 empreendimentos típicos da “troca de produtos e serviços” estão os estados restantes.

Em seguida, no mapa 04, em que há a representação dos empreendimentos caracterizados em sua atividade por “produção ou produção da comercialização”, nota-se, que das sete classes representadas no mapa temos três estados que se destacam, sendo o primeiro Pernambuco, compreendido na classe com mais empreendimentos desse tipo, de 1.200 a 1.228 empreendimentos típicos do ramos da “produção ou produção e comercialização”, em segundo lugar está o Pará, na faixa de 1.000 a 1.200, na terceira faixa está o estado do Rio Grande do Sul, na faixa de 800 a 1.000 empreendimentos, na sequência temos Minas Gerais na faixa que varia de 600 a 800 empreendimentos. Logo depois na faixa de 400 a 600 empreendimentos, faixa que está Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Bahia, Piauí e Ceará. Na penúltima faixa, de 200 a 400 empreendimentos temos: Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Rio Grande do Norte e Alagoas. Finalmente, na faixa de 53 a 200 empreendimentos típicos da “produção ou produção e comercialização” temos os estados de Roraima, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

No mapa 05 temos os empreendimentos de menor inserção no contexto nacional, por isso optamos por apresentá-los numa única página. No lado esquerdo página está o mapa 5A, nele há a representação dos empreendimentos caracterizados por atividades econômicas tipicamente de “Consumo, uso coletivo dos bens e serviços pelos sócios”. Para esta temática, foi adotada sete faixas ou classes, isto para a finalidade de propiciar uma melhor percepção do fenômeno, sendo a maior quantidade de a classe que varia de 700 a 741 empreendimentos, que está localizada no estado da Bahia, na faixa seguinte, de 600 a 700 EESs de consumo, uso coletivo dos bens e serviços pelos sócios verificamos que estão localizados nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte; Nas faixas de 400 a 500 e de 300 a 400 empreendimentos não há contingente em nenhuma das unidades da

Federação. Posteriormente, tem-se a faixa de 200 a 300 em que verificamos os estados do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul. Na faixa de 100 a 200 empreendimentos estão Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Piauí. Por último, na faixa de 3 a 100 empreendimentos encontra-se: o Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Já no lado direito da página temos o mapa 5B. Nele estão os empreendimentos caracterizados por ser tipicamente relacionados ao ramo das finanças solidárias, da poupança e do crédito. Ressaltamos, mais uma vez, que estes dados são relativos do segundo mapeamento nacional de economia solidária realizado no período de 2009 a 2013, assim sendo, temos a plena consciência de que estes dados oferecem um retrato daquele momento, mas pode-se considerar que este retrato nos clarifica as ideias em busca da compreensão de como se dá a distribuição dos empreendimentos econômicos solidários na formação socioespacial brasileira. Portanto, pelo mapa 5B, verifica-se que a maior relevância desse tipo de empreendimento está na região nordeste do Brasil, mais especificamente, a maior concentração se dá no estado da Paraíba. Para o restante do país este tipo de empreendimento não passa de 50 nas outras unidades da Federação.

No último mapa, o mapa 06, encontra-se o “total de sócios” que constituem os empreendimentos econômicos solidários. A unidade da Federação em que há a maior população envolvida na economia solidária está no Rio Grande do Sul, situando-se na classe que varia de 150.000 a 193.000 pessoas associadas. Na classe seguinte, de 100.000 a 150.000 pessoas, verifica-se três estados, sendo eles Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Pará. A terceira faixa, que varia de 50.000 a 100.000 pessoas está localizada no Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e no Paraná. Para finalizar há a classe que varia de 8.039 a 50.000 pessoas e nessa faixa encontramos os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Roraima, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Piauí, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Dessa maneira concluímos este capítulo com a totalização dos números que tivemos acesso. De um total de 19.708 empreendimentos econômicos solidários, 10.793 (55%) são rurais, 6.856 (35%) são urbanos e os caracterizados como rural e urbano são 2.058 empreendimentos o que corresponde a 10% da totalidade dos empreendimentos.

Quanto à totalização das quantidades dos tipos de atividades econômicas realizada pelos empreendimentos, temos:

| Atividade econômica | Total de empreendimentos | porcentagem |
|---|--------------------------|-------------|
| Troca de produtos ou serviços | 430 | 2,18% |
| Produção e comercialização | 11081 | 56,22% |
| Comercialização ou organização da comercialização | 2628 | 13,35% |
| Prestação de serviço ou trabalho a terceiros | 1296 | 6,57% |
| Poupança, crédito ou finanças solidárias | 328 | 1,67% |
| Uso coletivo de bens e serviços pelos sócios | 3945 | 20,01% |
| Total | 19708 | 100% |

Quadro 2 - Totalização das quantidades dos tipos de atividades econômicas dos EESs

E, finalmente chegamos ao total de 1.423.631 pessoas que constituem a economia solidária no Brasil.

5. Da possível relação do conceito “Movimentos Sociais Urbanos” ao campo da Economia Solidária:

No início desse trabalho tínhamos a finalidade de compreender o fenômeno da Economia Solidária no meio urbano brasileiro. Em seguida, no desvelar do nosso esforço, verificou-se que para a compreensão do movimento da economia solidária, nos moldes em que nos propusemos de início seria necessário que nos aproximássemos da concepção que define os empreendimentos econômicos solidário.

Como já tratamos nos capítulos anteriores, dentre os quais, verificamos no capítulo 1 uma possível periodização deste fenômeno social no contexto brasileiro. Inclusive, naquele momento, a partir do contato com a obra de LECHAT (2004), vislumbramos a possibilidade de relacionar o período atual da economia solidária ao conceito de movimentos sociais, visto que esta autora aponta a crescente articulação dos componentes da economia solidária aos movimentos sociais, sendo esta uma das características do período atual da economia solidária no Brasil.

Além disso, ao termos contato com o texto de Xisto Serafim de Santana Júnior¹⁸, sobre os MSUs (Movimentos Sociais Urbanos) levantamos a hipótese de relacionar os movimentos sociais urbanos ao fenômeno da economia solidária. Resumidamente esse foi o nosso percurso até este momento.

Assim sendo, tendo uma compreensão diferente da que tínhamos antes desta pesquisa lançamos nosso esforço, nesse capítulo, ao menos, na clarificação do que trata o conceito de “movimentos sociais urbanos” e, por fim verificaremos se a relação deste conceito é pertinente com o nosso objetivo nesse estudo que é a análise das possíveis imbricações da Economia política da urbanização e a economia política da cidade como fatores constituintes da economia solidária na formação socioespacial brasileira no período atual.

¹⁸ Texto disponível em: SOUZA JUNIOR, X. S. S. Movimentos Sociais Urbanos. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). Glossário de Geografia Humana e Econômica. São Paulo: Unesp, 2017. p. 303-314.

Souza Júnior inicia o seu capítulo buscando na definição das três palavras do conceito _“Movimentos”; “Social” e “Urbano”_ (SOUZA JÚNIOR, p. 303) comparando as definições entre diversos dicionários. Em uma definição para o termo movimento social urbano, o autor indica:

O fato é que a origem dos movimentos sociais urbanos está relacionada ao próprio surgimento da vida urbana, originada segundo o princípio grego de democracia que valorizava, a partir da estruturação política da cidade, a propriedade da terra como algo pertencente as famílias independentes. (SOUZA JÚNIOR, 2017, p. 304)

Partindo desse contexto o autor ainda elenca outros fatores, tais como: “a luta de classes entre proprietários (grandes famílias agrárias), artesãos, comerciantes e a massa assalariada da população urbana, ou seja, os não proprietários ou pobres” (SOUZA JUNIOR, 2017, p.304 apud CHAUI, 2005)¹⁹ Após a esta contextualização histórica o autor menciona que no capitalismo “originam-se as contradições de residência” (SOUZA JUNIOR, 2017 p. 304) no espaço urbano. Por fim, ou autor, complementa:

“os MSUs adquirem maior expressividade, sendo relacionados não apenas pelos sociólogos, mas por outros pesquisadores da sociedade civil organizada, preocupados com a reestruturação (reforma) e mobilidade dos espaços urbanos” (SOUZA JUNIOR, 2017, p.304)

Por fim, Souza Júnior afirma:

“os MSUs podem ser compreendidos a partir de três perspectivas: a) a política - representada pelos movimentos de bairros que emergiram na cidade em meados dos anos de 1970; b) a cultural - representada, predominantemente, pelos movimentos que passaram a se preocupar com a igualdade e a liberdade, especialmente, de gênero e raça; c) a ideológica - pautada na busca pela autonomia e pela luta em defesa da descentralização administrativa e melhorias em infraestrutura e equipamentos urbanos.” (SOUZA JUNIOR, 2017, p. 307)

Ao termos contato com essa compreensão acerca dos Movimentos Sociais Urbanos, apresentada por Souza Júnior, somos imediatamente levados a uma crítica elaborada por Milton Santos, em 1987, e que julgamos ser

19 SOUZA JUNIOR cita: CHAUI, M. Convite à filosofia. São Paulo: Afiliada, 2005.

pertinente para a nossa compreensão do fenômeno da formação, ou organização, das sociedades de moradores. Para isto, reproduzimos:

“As sociedades de moradores atendem a fins específicos, mas estão longe de substituir as comunidades autênticas, nas quais o indivíduo se realizava como personalidade integral. Trata-se, aqui, da defesa de interesses ligados à propriedade, já obtida ou a obter no quadro da sociedade mercantil. Ação não se dirige para reduzir os efeitos da sociedade de consumo, mas para nela inserir ainda mais profundamente os respectivos protagonistas. Não tem outro sentido a valorização da propriedade individual ou as campanhas para obtê-la. Cada qual no seu nível se defende dos outros, mas é para obter uma melhor posição no mercado. As sociedades de moradores têm um inegável papel organizativo, mas não tem fôlego para ultrapassar o funcional, deixando intacto o estrutural. Seu papel se esgota com o atendimento dos reclamos patrimoniais, e com isso se esgota a ação do grupo. É o mercado, afinal, que triunfa. (SANTOS, [1987] 2014, p. 97)

Mas, antes de qualquer conclusão, mais adiantada, temos uma vez mais as palavras de Souza Júnior, em que o autor cataloga quais geógrafos têm o seu olhar lançado aos estudos dos movimentos sociais urbanos. Julgamos que a transposição dessas informações, para o quadro disposto abaixo, seja um facilitador da compreensão do cenário que este campo de pesquisas abrange na geografia brasileira atualmente, na qual temos:

| Geógrafo (a): | Tema de pesquisa / palavras chave: | Ano de publicação: |
|--------------------------|--|--------------------|
| José Borzacchiello Silva | Fatores de formação dos MSUs; participação da sociedade civil; espaço moradia; segregação; ação coletiva, estruturação urbana; participação coletiva | 1986 |
| Marcelo Lopes de Souza | Identificar as características dos MSUs; 1988, 2004 e 2006 ativismos sociais de bairros; superar a escala das localidades; estratégias e táticas dos movimentos; ações de planejamento urbano. | |

| | | |
|--|--|------------|
| Marcelo Lopes de Souza e Glauco B. Rodriguez | Conquistas de direitos sociais; politização das cidades; humanização do urbano | 2004 |
| Bernardo Mançano Fernandes | Movimentos sociais e movimentos socioterritoriais | 2000, 2005 |
| Regina B. Dos Santos | Tal qual Bernardo M. Fernandes; leitura policlassista dos MSUs; Problemática urbana relacionada ao uso do solo; | 2008 |
| Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior | Sujeitos coletivos; intencionalidades sobre o espaço produzido e apropriado; a escala da moradia como principal preocupação; | 2008 |
| Porto Gonçalves | Análise das práticas dos MSUs; ganham espaço progressivo. | 2004 |

Quadro 3 - Produção bibliográfica sobre os MSUs no campo da geografia humana no Brasil baseado em XISTO JÚNIOR, 2017, p. 311 - 313.

Por fim, o autor reconhece “imprecisões teóricas no âmbito das diferentes ciências sociais que se preocupam com o estudo desses sujeitos” (XISTO JÚNIOR, 2017, p.313)

Salientamos que além das possibilidades metodológicas, apontadas por XISTO JÚNIOR, compreendemos, por meio da pesquisa bibliográfica, que há uma outra maneira de compreender esse fenômeno, que não trata especificamente do conceito “movimentos sociais urbanos”. Todavia, esse outro modo de pensar e analisar faz como que o movimento social, que constitui a economia solidária no contexto urbano brasileiro pode ser estudado e compreendido de outra perspectiva. Afirmamos isso a partir do texto da geógrafa Catia Antonia da Silva, no qual: “O fazer geográfico em busca de sentidos ou a geografia em diálogo com a sociologia do tempo

presente”²⁰, neste texto, a autora divide em três momentos a sua argumentação.

No primeiro momento, Catia Antonia da Silva o identifica como: “das implicações e dos desafios do fazer científico” (SILVA, 2014, p. 19). A autora destaca a importância de se “pensar sobre o próprio fazer”, “o sentido das ações” como uma “epistemologia e *“episteme”*” (SILVA, 2014, p.20) Logo após Catia Antonia da Silva contextualiza e problematiza o fazer científico geográfico no campo das ciências humanas. Para clarificar nosso entendimento, acerca dessa perspectiva, destacamos o trecho:

“A produção do conhecimento científico é sempre coletiva, por isso a importância de conhecer a história do pensamento científico e filosófico. O conhecimento científico, por sua vez faz parte de outras formas de produção de conhecimento e de leitura de mundo. Na verdade, existem muitas formas de conhecimento realizadas pelas empresas, pelo Estado, pelos homens comuns, pelas bases étnico-culturais e pelo fazer cotidiano e do trabalho. (SILVA, 2014, p. 22)

Pensando no fenômeno da Economia Solidária nos parâmetros identificados e desenvolvidos por Paul Singer, como demonstramos no capítulo 2,, no qual partindo do estudo de LECHAT (2004) correlacionamos que os “sócios”, “nos empreendimentos econômicos solidários”, e por sua prática social, do próprio Paul Singer, à frente da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) oportunidade, na qual, as ações sempre tiveram a premissa de uma participação coletiva, democrática (SINGER, 2022), que temos aqui, nas primeiras palavras de Catia Antonia da Siva, em que a autora elenca os “homens simples”, “as empresas” e o “Estado” como produtores de formas conhecimentos algo que nos remete a primeira hipótese de quando elaboramos esse trabalho.

Esse quadro de proximidade epistêmica entre o campo da Economia Solidária e os estudos geográficos no meio urbano brasileiro, em que inicialmente inferimos nessa pesquisa, encontramos na segunda parte do texto, de Catia Antonia da Silva, outro indício de uma possível coerência nessa

²⁰ SILVA, Catia Antonia da. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente. In: SILVA, Catia Antonia da *et al.* **Por uma geografia das existências**: movimentos, ação social e produção do espaço. Rio de Janeiro: Consequência - Faperj, 2014. Cap. 1. p. 19-45.

correlação, entre Geografia, Ciências Sociais e Economia Política Urbana e da Cidade. Catia Antonia da Silva “problematiza os limites de rotinizar e racionalizar o fazer da ciência geográfica e demonstra como Ana Clara Torres Ribeiro pode contribuir para o debate da interdisciplinariedade. (SILVA, 2017, p. 19) e esclarece:

“Nossa proposta de uma geografia das existências não intenciona a criação de mais um campo ou de uma abordagem geográfica. Trata-se da busca de novas epistemologias e novas epistemes que possam que possam produzir novos olhares e novas interpretações sobre o mundo” (SILVA, 2017, p. 32)

A autora ainda, complementa , esclarece:

“Consideramos como geografia das existências as possibilidades de aprofundar a análise da geograficidade das populações subalternas, ouvindo e registrando seus problemas, suas práticas, seus valores e suas visões de mundo, de desenvolvimento e de secularização. A existência no sentido de Sartre (2011)²¹ é uma possibilidade de pensar e agir tendo como princípio fundamental o existencialismo como humanismo – não abstrato – concreto diante do mundo existencial, presencial, experimental. Que ajude a pensar as condições de método que contribuam para pensar o tempo do cotidiano dos homens comuns e as formas de rupturas de sua vida público-privada. Desse modo, a geografia das existências ajuda a pensar o confronto com a geografia das normas (terras devolutas, normas e legislações, ordem e território normado) para intencionar que nem tudo é orientado pela prática coercitiva do território normado, a totalidade é mais ampla, a ela cabe também o território da vida coletiva, por isso mesmo da criatividade dos jovens, dos idosos, das mulheres, dos músicos, dos transeuntes, dos homossexuais, dos negros, dos indígenas e de muitos outros, que demandam diálogo entre a universalidade e a diferença. Um desafio para os estudos geográficos urbanos, rurais, regionais e globais do século XXI²². O que estamos chamando a atenção ao problematizar a existência é a valorização do sujeito histórico – individual e coletivo, no lugar da valorização das formas institucionais, arquitetônicas, estruturais que dominam e sempre

21 SARTRE, Jean-Paul. O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: vozes, 2011.

22 Nota de número “4” do texto da autora: “Sobre as referências ver os artigos da coletânea: Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafios das experiências urbanas, organizado por mim, Catia Antonia da Silva, Ana Clara Torres da Silva, Ana Clara Torres Ribeiro e Andreilino Campos. Editora Lamparina, Rio de Janeiro, 2011. Ver também diversos artigos dos Anais do IV SEMINÁRIO NACIONAL METRÓPOLE: GOVERNO, SOCIEDADE E TERRITÓRIO – METRÓPOLES E AÇÃO SOCIAL: tempo, território e movimento & III COLÓQUIO INTERNACIONAL METRÓPOLE EM PERSPECTIVAS – Contradições do desenvolvimento brasileiro no contexto da América Latina. São Gonçalo, 2013”.

dominaram os estudos geográficos, com forte abstração como agente ou ator no contexto espacial” (SILVA, 2014. p. 33)

No terceiro ponto apresentado por Catia Antonia da Silva, a geógrafa, “apresenta os contextos sociais e políticos e produção teórica que favorecem a colaboração interdisciplinar entre a Geografia e a Sociologia.” (SILVA, 2014, p. 19) Dentre os quais destacamos:

“Segundo Ana Clara, esta descoberta de instrumentos reflexivos e de problemas de compreensão de mundo que garantam o conhecimento “ainda permitiu acúmulos teóricos e de método que gradualmente viabilizaram tanto a descoberta de caminhos para a contribuição mais efetiva da Sociologia a questões de interesse da Geografia, especialmente as relacionadas à ação social e aos coletivos ativos, quanto à interlocução com núcleos de pesquisa em urbanismo, como detalhado noutro item do memorial de Ana Clara Torres Ribeiro (2011²³)” (SILVA, 2014, p. 40)

Em síntese, ao termos contato com os conceitos como “ação social”, “coletivos ativos”, apresentados por Catia Antonia da Silva, acerca da proposta epistemológica da “geografia das existências” na perspectiva dialógica de Ana Clara Torres Ribeiro, socióloga que esteve em franco diálogo com a geografia, entendemos ser este um caminho para um eventual e futuro novo trabalho no qual retomariamos, a partir desses conceitos, uma hipótese de correlacionarmos o fenômeno dos empreendimentos econômicos solidários, em especial os urbanos, a metodologia da Cartografia da Ação.

23 RIBEIRO, Ana Clara T. Territórios da Sociedade: por uma cartografia da ação. In: SILVA, Catia Antonia (org.) Território e Ação social: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: FAPERJ & LAMPARINA, 2011, p. 19-34.

6 - Das normas que regem a Economia Solidária brasileira:

Nesse último capítulo apresentaremos duas normas que estão tramitando entre as duas casas do Congresso Nacional, sendo a primeira um projeto de Lei Nº 4.685 de 2012, denominado: “Política Nacional de Economia Solidária”, que foi proposta na Câmara dos Deputados e a segunda uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 69 de 2019, que teve origem no Senado Federal. SOARES E JÚNIOR (2022) as qualificam:

A institucionalização social e jurídica da ES, o reconhecimento formal de atividades decorrentes de empreendimentos econômicos solidários, bem como dos direitos, deveres e garantias das comunidades e dos atores envolvidos é um passo necessário e uma luta do movimento que visa dar mais alcance e possibilidades de implementação de políticas públicas que efetivem tais direitos e garantias. (SOARES e TORRES JÚNIOR, 2022, p. 200)

6.1 - O projeto de Lei Nº 4.685 de 2012: A Política Nacional de Economia Solidária (PNES²⁴):

Nessa etapa, da nossa pesquisa, destacamos, inicialmente, um trecho de uma entrevista do senador Jacques Wagner (PT – BA), sendo este senador um dos representantes políticos que atua no debate em prol da temática da Economia Solidária. As palavras do senador nos provocam a refletir a respeito das dimensões que a Economia Solidária alcança na sociedade brasileira.

Assim sendo, temos que:

é relevante que o Estado reconheça legalmente a existência das organizações da economia solidária e, mais que isso, empenhe-se na implementação de políticas públicas destinadas a fomentá-las. Acerta o legislador, desse modo, não somente ao definir, para fins legais, a economia solidária, mas ao criar uma política nacional destinada a formular e implementar planos e ações com o objetivo de estimular esse importante arranjo social (SENADO, 2019)

Assomamos que nesse projeto de lei, há previsão da criação do Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), bem como da implantação do Cadastro

24 A tramitação do Projeto de Lei Nº 4685/2012 pode ser acompanhada em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-4685-2012>
Acesso em: mai/2023.

Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários. Esses novos instrumentos poderão garantir o acesso dos EESs às políticas públicas.

Atualmente o projeto de Lei transita na Câmara dos Deputados, pois deverá ser analisado pela Comissão de Finanças e Tributação, para, mais adiante tramitar pela Comissão de Constituição e Justiça, só após estas análises ele será votado no Plenário da Câmara dos Deputados, local onde o projeto foi proposto. Após esse tramite, se aprovado será submetido a sanção ou ao veto presidencial. (JANARY JÚNIOR, 2022)

6.2 - A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 69/2019:

A admissão da economia solidária ao rol dos atuais nove princípios da Ordem Econômica elencados no artigo 270 da Constituição Federal (ANEXO D) é função da PEC 69/2019, articulada a outras demandas que visam o reconhecimento legal, da economia solidária. É o indicativo que nos demonstram SOARES E TORRES JÚNIOR:

Apesar da concessão de estímulo, proteção e garantia às atividades cooperativistas e associativistas, conferida pela Constituição de 1988 (CF/1988), por meio do §2º do art. 174 as primeiras políticas públicas, voltadas ao fomento de atividades relacionadas à ES, foram criadas apenas na década de 1990 (Sanchez, 2012) por estados e municípios, a fim de que se pudessem viabilizar mecanismos que a desenvolvessem de maneira eficaz, atendendo assim as demandas que lhes são inerentes. Contudo, tais políticas e incentivos, por estarem atrelados aos planos de governos – e não às políticas de Estado – mostravam-se perenes, sem continuidade, sem a segurança jurídica necessária para a sua consecução. Daí que, com a regulação de tais atividades, a partir do papel do Estado como institucionalizador de iniciativas de desenvolvimento de ações e políticas relacionadas à ES, visa-se garantir dignidade a milhões de mulheres e homens, ao fornecer subsídios suficientes (tangíveis e intangíveis) para trabalharem. A institucionalização social e jurídica da ES, o reconhecimento formal de atividades decorrentes de empreendimentos econômicos solidários, bem como dos direitos, deveres e garantias das comunidades e dos atores envolvidos é um passo necessário e uma luta do movimento que visa dar mais alcance e possibilidades de implementação de políticas públicas que efetivem tais direitos e garantias” (SOARES & TORRES JÚNIOR, 2022, p. 200)

Por fim, nessa tentativa de elencar as principais normas atinentes a economia solidária, encerramos essa jornada com um estímulo para refletirmos nos próximos trabalhos:

(...)“entendemos que é fundamental para os geógrafos conhecer mais profundamente o direito (tanto no seu sentido estrito como no mais amplo), posto que assim nos é permitido aprofundar reflexões sobre um problema epistemológico colocado pelo professor Milton Santos quando define o espaço geográfico como conjuntos de sistemas de objetos indissociáveis de conjuntos de sistemas de ações. Há nessa formulação dois elementos supostos com status epistemológico equivalente: a técnica e a norma. A partir de cada uma é possível estabelecer recortes teóricos e objetos de pesquisa, mas a análise geográfica exige o tratamento destes dois elementos.” (ANTAS JÚNIOR, 2003, p.79-80)

7. Considerações finais:

Ao considerar o processo de constituição desse trabalho desde o projeto básico até esse momento chegamos a conclusão de que os esforços despendidos, de início, foram subdimensionados, isso pela dimensão escalar escolhida por nós, ao estudar o tema da economia solidária na formação socioespacial brasileira, pois, hoje compreendemos que há que se ter perspicácia intelectual para concatenar a complexidade que é o Meio técnico-científico-informacional.

Os resultados não são totalizantes. Entendemos que há a necessidade de apurar arestas conceituais, isso faz parte do trabalho acadêmico. Todavia, houve empenho e consideramos alguns pequenos feitos, aos quais elencamos: No capítulo 1, concebemos que “imbricar” a Economia Política do Urbano à Economia Política da Cidade nos oportunizou uma clareza na distinção das possibilidades de enfoque teórico sobre o tema da economia solidária. A economia política nos auxilia numa aprendizagem crítica sobre os limites da forma como a economia política se organiza no Brasil. Esse arcabouço teórico faz-se presente nos demais capítulos do trabalho.

Creio que uma das arestas conceituais que podemos aprimorar num próximo trabalho está ligada à periodização da economia solidária. Outro ponto que pode ser melhor trabalhado passa pela disponibilização de dados

mais recentes, dados relativos à presença dos empreendimentos econômicos solidários, os quais devem ser de acesso público.

Uma proposição, a partir da nossa experiência nesse trabalho, que trazemos a discussão é a possibilidade de que o recenseamento dos empreendimentos solidários, seja aplicado pelo Estado brasileiro, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), deve ser fortalecido na sua estrutura humana, para atender as demandas como esta, pois com a promulgação da PEC Nº 69/2019, que institui a economia solidária nos princípios da Ordem Econômica, da Constituição Federal, e da Lei nº 4.685 de 2012 (Política Nacional de Economia Solidária) o Estado poderá garantir que os empreendimentos econômicos solidários tenham as suas potencialidades articuladas socioespacialmente por meio de “redes solidárias”.

Assim sendo, ao finalizar o nosso trabalho, verificamos a nossa hipótese de que os estudos geográficos pode ser um dos importantes aliados para o reconhecimento da Economia Solidária como uma outra forma de produzir, de comercializar e consumir. Outras pesquisas e olhares sobre esse tema humanamente rico e diverso são bem vindas, pois este é um movimento conduzido por pessoas.

Bibliografia:

ANTAS JÚNIOR, R. M. **A norma e a técnica como elementos constitutivos da proposta teórica de Milton Santos.** In: SOUZA, M. A. Território Brasileiro usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 77-92.

BRASIL. Constituição (1988). **Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica.** Art. 170. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso: 01 mai. 2023.

CARNEIRO, L; PEREIRA, S. **Os novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: Apontamentos iniciais para o debate.** [sal: s.n.]. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3757/1/bmt57_novosdados.pdf>. Acesso em: abr. 2023.

FBES (Brasil). **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).** Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/sobre-o-fbes/>. Acesso em: 04 maio 2023.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo, Edições Loyola, 1992. Cap. 9 Do fordismo à acumulação flexível. P. 135-162.

IBGE. **Bases Cartográficas Contínuas.** Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>> Acesso em mai. 2023.

JANARY JÚNIOR, *et al.* **Aprovado em comissão projeto que cria política nacional de economia solidária.** 2022. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/893432-aprovado-em-comissao-projeto-que-cria-politica-nacional-de-economia-solidaria>. Acesso em: 01 maio 2023.

LACOSTE, Y. **A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra.** São Paulo: Ática, [1976] 1987.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil.** 2004. 393p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000343954>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SANTOS, A. M.; CARNEIRO, V. G. **O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade.** 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1260>. Acesso em: 04 maio 2023

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo, Educ/Hucitec, 2004.

_____. Da Teoria à Prática. In: **Metamorfoses do Espaço Habitado.** São Paulo: EDUSP, [1988] 2014, p. 119 - 126.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**, São Paulo: Record, [2000] 2013, p.147 – 148

_____. O Espaço geográfico como categoria filosófica. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Terra Livre. **O Espaço em questão**, n. 5, p.9-20, São Paulo: Editora Marco Zero, 1988b.

_____. O sistema técnico atual. In: **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, [1996] 2017.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo, EDUSP, [1987] 2014.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. . Rio de Janeiro: Record, [2001] 2008.

SENADO, Agência. **Política Nacional de Economia Solidária é aprovada no Senado**. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/11/politica-nacional-de-economia-solidaria-e-aprovada-no-senado>. Acesso em: 01 maio 2023.

SILVA, Catia Antonia da. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente. In: SILVA, Catia Antonia da *et al.* **Por uma geografia das existências**: movimentos, ação social e produção do espaço. Rio de Janeiro: Consequência - Faperj, 2014. Cap. 1. p. 19-45.

SILVA, S. L. P. **Histórico da Economia Solidária no Brasil**. 2015. Disponível em: http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt5/sessao-3/silva_sidlia.pdf. Acesso em: 08/dez/2022.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A economia solidária no Brasil. In: **Economia Solidária - Introdução, história e experiência brasileira**. São Paulo: Editora UNESP; Fundação Perseu Abramo, [2013] 2022.

_____. A construção da economia solidária como alternativa ao capitalismo. In: **Economia Solidária - Introdução, história e experiência brasileira**. São Paulo: Editora UNESP; Fundação Perseu Abramo, [2011] 2022.

SOARES, Maria de Nazaré Moraes; TORRES JÚNIOR, Paulo. Políticas públicas de geração de renda: O caminhar e a importância do marco legal da economia solidária. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Brasília, v. 1, n. 73, p. 195-208, abr. 2022. Semestral. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11186/1/bmt_73_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 25 maio 2023

SOUZA JUNIOR, X. S. S. Movimentos Sociais Urbanos. In: SPOSITO, E. S. (org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Unesp, 2017. p. 303-314.

ANEXOS

ANEXO A - Área de atuação do Empreendimento Econômico Solidário - EES

| resposta_local_nome | resposta_rural | resposta_urbana | resposta_rural_e_urbana | resposta_qtd_ees |
|---------------------|----------------|-----------------|-------------------------|------------------|
| Acre | 221 | 96 | 24 | 341 |
| Alagoas | 144 | 85 | 94 | 323 |
| Amapá | 108 | 195 | 25 | 328 |
| Amazonas | 105 | 260 | 13 | 378 |
| Bahia | 1153 | 190 | 109 | 1452 |
| Ceará | 1147 | 258 | 44 | 1449 |
| Distrito Federal | 45 | 197 | 4 | 246 |
| Espírito Santo | 367 | 190 | 15 | 572 |
| Goiás | 545 | 115 | 183 | 843 |
| Maranhão | 651 | 109 | 78 | 838 |
| Mato Grosso | 406 | 163 | 69 | 638 |
| Mato Grosso do Sul | 86 | 195 | 13 | 294 |
| Minas Gerais | 375 | 599 | 214 | 1188 |
| Pará | 720 | 505 | 132 | 1358 |
| Paraíba | 266 | 115 | 35 | 416 |
| Paraná | 302 | 416 | 114 | 832 |
| Pernambuco | 1001 | 347 | 155 | 1503 |
| Piauí | 503 | 204 | 93 | 800 |
| Rio de Janeiro | 34 | 236 | 31 | 301 |
| Rio Grande do Norte | 894 | 226 | 38 | 1158 |
| Rio Grande do Sul | 648 | 784 | 264 | 1696 |
| Rondônia | 181 | 44 | 13 | 238 |
| Roraima | 26 | 44 | 10 | 80 |
| Santa Catarina | 432 | 192 | 140 | 764 |
| São Paulo | 183 | 945 | 39 | 1167 |
| Sergipe | 45 | 20 | 36 | 101 |
| Tocantins | 205 | 126 | 73 | 404 |
| Total | 10793 | 6856 | 2058 | 19708 |

Fonte: Área de atuação do empreendimento. Disponível em: <http://atlas.sies.org.br/?q=are14&l=0&g=ufs> Acesso: mai. 2023.

ANEXO B - Principal atividade econômicas realizadas pelo empreendimento

| resposta_local_nome | resposta_troca_ de_produtos_ou _servicos | resposta_producao_ou_pro ducao_e_comercializacao | resposta_comercia lizacao_ou_organiz acao_da_comercial izacao | resposta_prestacao_ do_servico_ou_trabal ho_a_terceiros | resposta_poupanca_c redito_ou_financas_so lidarias | resposta_consumo_uso_cole tivo_de_bens_e_servicos_pe los_socios | resposta_qtd_ ees |
|---------------------|--|---|--|---|--|---|----------------------|
| Acre | 0 | 317 | 14 | 5 | 0 | 5 | 341 |
| Alagoas | 1 | 209 | 24 | 78 | 3 | 8 | 323 |
| Amapá | 9 | 252 | 7 | 31 | 0 | 29 | 328 |
| Amazonas | 6 | 327 | 9 | 15 | 1 | 20 | 378 |
| Bahia | 22 | 545 | 85 | 48 | 11 | 741 | 1452 |
| Ceará | 79 | 586 | 105 | 55 | 13 | 611 | 1449 |
| Distrito Federal | 2 | 165 | 17 | 28 | 1 | 33 | 246 |
| Espírito Santo | 6 | 192 | 96 | 39 | 8 | 231 | 572 |
| Goiás | 6 | 554 | 120 | 33 | 4 | 126 | 843 |
| Maranhão | 1 | 279 | 32 | 8 | 1 | 517 | 838 |
| Mato Grosso | 55 | 324 | 96 | 34 | 2 | 127 | 638 |
| Mato Grosso do Sul | 18 | 196 | 46 | 11 | 1 | 22 | 294 |
| Minas Gerais | 13 | 796 | 166 | 76 | 11 | 126 | 1188 |
| Pará | 59 | 1048 | 47 | 142 | 18 | 44 | 1358 |
| Paraíba | 0 | 195 | 68 | 13 | 121 | 19 | 416 |
| Paraná | 25 | 491 | 162 | 83 | 29 | 42 | 832 |
| Pernambuco | 4 | 1228 | 96 | 96 | 12 | 67 | 1503 |
| Piauí | 52 | 530 | 49 | 45 | 2 | 122 | 800 |
| Rio de Janeiro | 6 | 200 | 67 | 25 | 0 | 3 | 301 |
| Rio Grande do Norte | 15 | 346 | 35 | 93 | 11 | 658 | 1158 |
| Rio Grande do Sul | 14 | 866 | 451 | 111 | 34 | 220 | 1696 |
| Rondônia | 4 | 172 | 20 | 10 | 1 | 31 | 238 |
| Roraima | 1 | 53 | 8 | 14 | 0 | 4 | 80 |
| Santa Catarina | 8 | 421 | 202 | 46 | 35 | 52 | 764 |
| São Paulo | 6 | 454 | 540 | 125 | 6 | 36 | 1167 |
| Sergipe | 0 | 69 | 3 | 9 | 3 | 17 | 101 |
| Tocantins | 18 | 266 | 63 | 23 | 0 | 34 | 404 |
| Total | 430 | 11081 | 2628 | 1296 | 328 | 3945 | 19708 |

Fonte: Principal atividade econômica realizadas pelo empreendimento. Disponível em: <http://atlas.sies.org.br/?q=ativ29&l=0&g=ufs> Acesso em mai. 2023.

ANEXO C - Número total de sócios (homens e mulheres)

| resposta local nome | resposta soma |
|---------------------|---------------|
| Acre | 32273 |
| Alagoas | 27604 |
| Amapá | 38703 |
| Amazonas | 16589 |
| Bahia | 93509 |
| Ceará | 89804 |
| Distrito Federal | 18249 |
| Espírito Santo | 35042 |
| Goiás | 46811 |
| Maranhão | 65112 |
| Mato Grosso | 36760 |
| Mato Grosso do Sul | 9564 |
| Minas Gerais | 34885 |
| Pará | 139479 |
| Paraíba | 13757 |
| Paraná | 66800 |
| Pernambuco | 93841 |
| Piauí | 29362 |
| Rio de Janeiro | 8039 |
| Rio Grande do Norte | 106523 |
| Rio Grande do Sul | 193822 |
| Rondônia | 17640 |
| Roraima | 10328 |
| Santa Catarina | 119124 |
| São Paulo | 41396 |
| Sergipe | 14275 |
| Tocantins | 24340 |
| Total | 1423631 |

Fonte: Número total de sócios (homens e mulheres) Disponível em: <http://atlas.sies.org.br/?q=soc17tot&l=0&g=ufs> Acesso: mai. 2023.

ANEXO D:**“TÍTULO VII****DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA****CAPÍTULO I****DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA**

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. (Vide Lei nº 13.874, de 2019) “